

# As propostas da sociedade

## União Nacional dos Estudantes (UNE)

- Será assegurado o ensino Público e gratuito em todos os níveis.
- Caberá à União destinar não menos de 12% do seu orçamento global para a Educação, e aos estados e municípios 25%.
- As verbas públicas deverão ser exclusivamente aplicadas na rede pública do ensino.
- Deverá ao poder público fixar métodos para um controle mais ostensivo sobre a rede privada de ensino.
- A pesquisa científica fará parte integrante do processo educacional sendo destinada para a mesma não menos que 2% do PIB.
- Será fixado um imposto de 5% sobre a remessa de royalties e assistência técnica ao exterior pelas multinacionais, destinado a pesquisa científica.
- Os currículos deverão voltar-se para a identificação e solução dos problemas que afligem ao povo e o país.
- Será assegurada a educação pré-primária.
- Educação coletiva através dos meios de comunicação e coordenado pelo Estado.
- Será garantido o ensino religioso para aqueles e no âmbito dos que a professam.
- Os professores, estudantes e funcionários terão direito de participar da gestão democrática das Escolas bem como o direito de eleger diretamente seus dirigentes.
- A Universidade deve ter autonomia Administrativa, Pedagógica e científica.

## Conferência Brasileira de Educação (CBE)

- A IV Conferência Brasileira de Educação tem presente que o país enfrenta graves problemas sociais e econômicos, de natureza estrutural, que entram a efetiva democratização do conjunto da sociedade. Tem presente, também, que o não enfrentamento urgente de tais problemas acarretará o comprometimento da viabilidade das políticas sociais, especialmente da política educacional.
- De fato, dados divulgados pelo próprio Governo Federal mostram que cerca de 60% dos brasileiros encontram-se em estado de extrema pobreza material, em contraste com uma minoria de grupos privilegiados que detêm o usufruto privado da riqueza que é social. Isso significa que as aspirações da coletividade pela democracia econômica, social e política são obstaculizadas por uma organização social injusta e, em decorrência, por políticas governamentais incapazes de promover a justiça social. Persiste uma política econômica e particularmente salarial marcada pela distribuição desigual da renda, cujas expressões são a questão agrária e a violência social contra os trabalhadores rurais; o enorme endividamento externo; a dívida pública; o precário atendimento às necessidades de escolarização da população e de outras políticas sociais com a saúde, a assistência e previdência social.
- No âmbito da educação, o país continua convivendo com problemas crônicos referentes à universalização e qualidade do ensino, à gratuidade escolar, às condições de trabalho do magistério e à escassez e má distribuição das verbas públicas. Não é demais lembrar alguns dados que revelam o estado lastimável em que se encontra a educação nacional:
- mais de 50% de alunos repetentes ou excluídos ao longo da 1ª série do ensino de 1º grau.
  - cerca de 30% de crianças e jovens na faixa dos 7 anos 14 anos fora da escola.
  - 30% de analfabetos adultos e numerosa contingente de jovens e adultos sem acesso a escolarização básica.
  - 22% de professores leigos;
  - precária formação e aperfeiçoamen-

to profissional de professores de todo o país.

- salários aviltados em todos os graus de ensino.

Há dois anos, os participantes da III Conferência Brasileira de Educação aprovam um manifesto em que expressavam suas esperanças de que tais problemas crônicos viessem a ter um encaminhamento mais efetivo. Os educadores se envolveram num clima de positiva expectativa que tomava conta da sociedade brasileira, face às possibilidades abertas pelas mudanças na vida política do país, uma vez cessado o longo período de regime militar. Havia razões para esperanças: governos estaduais haviam sido eleitos pelo voto popular; profissionais da educação foram chamados a ocupar postos administrativos e técnicos; outras áreas da administração pública passaram a contar com profissionais comprometidos com ideais e práticas convergentes com os interesses majoritários da sociedade; algumas reivindicações há anos exigidas pelos educadores, como por exemplo a priorização do ensino de 1º e 2º graus, foram anunciadas pelos governos.

Entretanto, passado esse período, os educadores continuam denunciando a incapacidade do sistema político em assegurar a concretização de diretrizes educacionais voltadas para o atendimento dos interesses majoritários da população brasileira. Insistindo em práticas políticas arcaicas, os governos federal e estaduais continuam recorrendo a programas de impacto político e de favorecimento a grupos que colocam a educação a serviço de interesses menores. Promoções nacionais como o "Dia D da Educação", Educação Para Todos, Programa Nacional do Livro Didático, Projeto Educar, Projeto Nova Universidade, Projeto de 200 Escolas Técnicas, como também a sucessiva criação das chamadas "comissões de alto nível", não chegam a produzir mais do que efeitos de visibilidade política.

Cabe destacar, ainda, a questão das verbas públicas para a educação, destinadas sobretudo aos projetos de impacto político e não às prioridades efetivas, e frequentemente desviadas para instituições privadas. Esta situação tende a agravar-se com as ações dos grupos privatistas organizados para assegurar seus interesses na Carta Constitucional.

## Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES)

A política governamental brasileira tem se caracterizado, notadamente nos últimos vinte anos, pela combinação entre a progressiva desobrigação do Estado com a manutenção dos serviços públicos de caráter social e a criação de mecanismos que apóiam e facilitam a sua transformação em atividades rentáveis pelo capital privado.

No plano educacional, isto ocorreu através de uma política e de mecanismos privatizantes que combinavam o estímulo à expansão do ensino privado e a redução progressiva dos recursos do Tesouro destinados à educação, numa espiral que trouxe o país à situação de estar entre os mais baixos percentuais de recursos orçamentários para a educação no mundo inteiro.

Nas Instituições de Ensino Superior federais, essa política se traduziu não apenas no dramático achatamento salarial experimentado por seus corpos docente e técnico-funcional, mas também na redução sistemática das verbas de custeio e capital. Os recursos para O.C.C. que em 1973 correspondiam a 32% do total de verbas destinadas àquelas universidades, chegaram, em 1984, a apenas 8,55% da destinação total.

Assim, a luta pela transformação da universidade brasileira em instrumento

de construção de uma sociedade independente e soberana científica, tecnológica e culturalmente, exige a fixação de princípios básicos no que diz respeito ao seu financiamento.

1. Compete ao Estado garantir o atendimento pleno das demandas sociais por ensino, em todos os níveis, através do ensino público e gratuito.

2. A universidade brasileira deve ser autônoma e democrática e deve oferecer ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, através de sua organização a partir de um padrão mínimo de qualidade, fundamentado na estrutura da universidade pública.

Nas IES estaduais ou municipais, a situação é fundamentalmente a mesma, agravada pelo estrangulamento financeiro dos estados e municípios em função de uma política tributária concentracionista e centralizadora.

A par do abandono da atividade educacional aos interesses do capital privado, ocorre uma redução progressiva das dotações para o financiamento a atividades de pesquisa nas universidades e nos centros de pesquisa. As verbas destinadas à atividade de pesquisa em 1984 não chegaram a alcançar, em termos reais, 1/3 dos valores de 1981, comprometendo a própria sobrevivência de um setor de maior importância para a existência de uma nação soberana e independente.

Uma das consequências mais funestas dessa política de estrangulamento da IES públicas foi a criação, no seu interior, de um processo de acelerada privatização interna.

Subordinado-se a universidade à lógica imediatista do capital privado, seja pela gestão direta de uma rede de ensino responsável hoje por 3/4 das matrículas de graduação do país, seja pelo controle e direcionamento de boa parte da pesquisa científica e tecnológica produzida no país, a política governamental brasileira vem descaracterizando a universidade enquanto instituição de caráter público e despojando-a, portanto, de sua condição de instituição a serviço da população brasileira.

## Federação Internacional Sindical do Ensino (FISE)

O progresso técnico-científico provoca um grande efeito social e profissional sobre a atividade do educador. Suas funções, relacionados com a difusão e a acumulação do conhecimento diminuem a favor de seu papel de síntese do saber adquirido na escola e por vias extra-escolares.

A nova infra-estrutura do ensino coloca o professor em novas condições de trabalho que por uma parte facilitam seu trabalho e por outra obrigam-no a dominar as novas tecnologias.

Uma tal evolução leva à necessidade de um trabalho em equipe, mais coletivo, que considere os aspectos pluridisciplinares.

A revolução técnico-científica se manifesta como um processo permanente caracterizado por uma acumulação rápida dos conhecimentos científicos e técnicos e a redução entre as descobertas e sua aplicação na produção. Ela cria premissas objetivas para o desenvolvimento progressista da humanidade, para a vitória do homem sobre a fome, a miséria, o analfabetismo e a ignorância. Porém pode também ser utilizada como meio de destruição:

- utilização para atividades pacíficas ou para destruição;

- qualificar e aliviar o trabalho ou agravar o desemprego por meio da utilização das inovações tecnológicas para aumentar os lucros;

- assegurar o domínio da sociedade sobre a utilização da ciência ou deixar esta utilização em mãos de uma "elite" tecnocrática;

- aumentar a distância tecnológica entre os países do 1º Mundo e os avançados ou permitir que estes se beneficiem inteiramente do progresso científico-tecnológico em prol de seu desenvolvimento independente.

# Princípios básicos

## de uma política cultural

Alberto Cavalcante

Cultura: O complexo dos conhecimentos, dos padrões de convivência e comportamento, das instituições e das relações sociais e demais valores transmitidos coletivamente, que permitem e condicionam a vida dos indivíduos, grupos e de toda a sociedade.

Num sentido amplo, antropológico, "cultural" se opõe a "natural". Cultural é o que é aprendido, cultivado. Natural é o que não precisa ser aprendido, é dado, é instintivo. Numa delimitação singular e eficaz, cultura é "o nome dado ao modo de vida dos homens, ao modo de vida dos povos, à maneira como as pessoas desempenham, executam, canalizam e cumprem o ato de viver".

Num sentido mais estrito, cultura é o saber, um conjunto de conhecimentos históricos, artísticos, sociológicos, políticos e científicos que os homens articulam para, a cada momento e lugar explicar sua posição e sua atuação diante da natureza e, principalmente, diante dos outros homens.

Nesta linha, a informação cultural é fator de equilíbrio do homem com seu entorno e com sua própria consciência. No seu sentido mais alto, cultura é sobretudo humanismo, primado do homem sobre a coisa. E é, por isso mesmo, um direito de todos.

### POLÍTICA

Cultura e política, irmãos inseparáveis. Essencialmente coletiva, a cultura não dispensa o convívio social para produzir-se e reproduzir-se. E a política (sempre dispensa a cultura, na qual busca a legitimação de sistemas, regimes e governos.

Na sociedade capitalista moderna, com sua trama complexa de relações sociais e econômicas, crescente especialização do trabalho, alienação do homem e do produto de seu esforço, a necessidade da informação cultural é ainda maior.

Pois a informação cultural possibilita ao trabalhador sua humanização sua descolonização. Pela prática e discussão políticas da cultura, pode o indivíduo começar a deixar de ser um simples número, peça na engrenagem, fator de lucro e alienação, para ser um homem integral e integrado, participe das grandes causas da humanidade.

### EDUCAÇÃO

Cultura e Educação, duas instâncias de uma mesma política, de um mesmo programa. Se a proposta de uma política cultural não pode prescindir de propostas de políticas de saúde, emprego e salário, de habitação e de serviços públicos em geral, muito menos poderia desagregar-se de uma visão crítica da área educacional.

É preciso resgatar a escola, recuperá-la do descrédito a que anos de desleixo oficial a relegaram. É preciso começar a questionar afirmações muito frequentes de que isso ou aquilo não se aprende na escola.

O amadurecimento cultural de nossa sociedade passa pela implantação de uma política educacional ampla e libertadora, assim como passa pelo ensino de 1º grau em tempo integral. Nossas escolas têm que proporcionar ao cidadão em formação um conhecimento básico de física e das artes. Têm que desenvolver nos alunos um mínimo de habilidade artística ou artesanal. Têm que propiciar aos alunos a própria experiência mágica do fazer artístico que

consiste na imitação, conhecimento, domínio e recriação da realidade objetiva.

Precisam ser preparados os professores para que tais atividades sejam competentemente conduzidas. Têm que estar disponíveis os materiais e equipamentos a elas necessários.

É preciso que se estabeleçam, dessa forma, os mais numerosos pontos de contato entre a atividade escolar e o movimento cultural. Que esse movimento cultural, ricamente diferenciado, seja percebido em suas manifestações as mais variadas, desde as mais tradicionais e populares, como as estruturas nas áreas rurais e periferias urbanas, até as mais inovadoras e elaboradas. E que justamente através dessa pluralidade e do nexo concreto que nela se encontra, possam os jovens e crianças reencontrar o Homem, completo e uno, dotado de razão e vontade, sentimento e poesia.

No Brasil, não se tem conseguido estabelecer e consolidar uma cultura nacional e popular, porque tampouco se tem conseguido, com os regimes ilegítimos que dominaram a maior parte de nossa história, sequer estabelecer e consolidar uma sociedade brasileira em que o povo tenha participação real.

Se é certo que a cultura nacional é a identidade de um povo, é sua contribuição ao concerto de todos os povos, à marcha da História, também é certo que, num país como o Brasil, em que amplas parcelas da população vivem na pior pobreza, tal contribuição acaba sendo muito modesta.

É Franklin de Oliveira quem indaga: "em alguma parte do mundo é possível implantar-se políticas culturais para estropiados mentais? E estropiados mentais não estão aparecendo no Brasil de hoje, paradoxalmente quando as neurociências indicam que a vida se encaminha para a produção de cérebros cada vez mais ricos e complexos?".

É prossegue: "de duas uma: ou começamos a admitir que o pressuposto básico de uma política cultural genuína exige a superação da miséria, da fome, da carência educacional, em síntese, exige a substituição da qualidade de vida nacional, infame e ultrajante para o ser humano, ou então devemos confessar que não temos outro propósito senão de estabelecer uma política cultural destinada não só a manter fora da sociedade os brasileiros estigmatizados pela miséria, como também a castrá-los politicamente".

Significam, estas constatações que devemos abrir mão de, por enquanto, participar do debate cultural, para nele se engajarem só depois de adequadamente encaminhada a luta pela solução desses outros problemas "mais sérios".

Evidentemente, não. As próprias colocações que fizemos nos primeiros capítulos deste texto mostram nossa compreensão de que a cultura permeia a vida das pessoas. E de que a informação cultural pode e deve ser instrumento de equilíbrio do homem com seu entorno e consigo mesmo.

Somente uma visão burguesa da cultura poderia considerá-la complemento supérfluo de nossa humanidade, coisa que se dedicam os ociosos, que já tem a vida ganha, e os serviços para esse mistar designados pelo Príncipe, e que se perdem em elucubraciones inúteis, apesar de copiosas e, eventualmente, até piocesca, ou úteis apenas para a manutenção do status quo.